



**MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES:
DISCUSSÃO E INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR**

POPULAR CULTURAL MANIFESTATIONS:
DISCUSSION AND INCLUSION IN THE SCHOOL SPACE

MANIFESTACIONES CULTURALES POPULARES:
DEBATE E INCLUSIÓN EN EL ESPACIO ESCOLAR

*Ana Cristina Lima Moreira**

RESUMO

Este artigo tem o objetivo discutir o papel da escola como espaço capaz de significar, ressignificar e, de ressurgimento das manifestações culturais com ênfase na religiosidade, através de práticas educacionais inclusivas e políticas de enfrentamento no cotidiano escolar. Para o alcance dos objetivos faz-se um recorte histórico fundamentado acerca da estrutura e modelo de educação no Brasil, bem como, lança luz ao que está exposto na nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC em se tratando de políticas públicas voltadas para a questão em tela e sua efetiva aplicação, bem como análise textuais e documentais tendo o aporte teórico de autores que abordam a temática em pauta. Discorre ainda sobre conceitos de cultura, dando ar de pluralidade, onde não há mais o que se falar numa cultura e sim, culturas. Por fim, o artigo trata dessa temática apontando que no espaço escolar, essa unidade humana e social longe de ser homogênea, se tecem as relações afetivas,

* Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP (2018). Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Alagoas, UNEAL. E-mail: acmmoreira@hotmail.com.



socioafetivas, educacionais, profissionais e de conflitos, construídas através das interações das relações interpessoais, das ideias, diálogos, seus saberes e viveres no espaço escolar.

Palavras chave: Ressignificados; Práticas; Escola; Aluno.

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of the school as a space capable of giving meaning, giving new meaning and the resurgence of cultural manifestations with an emphasis on religiosity, through inclusive educational practices and coping policies in everyday school life. In order to reach the objectives, a historical cut based on the structure and model of education in Brazil is made, as well as it sheds light on what is exposed in the new National Curricular Common Base - BNCC in the case of public policies aimed at the issue in question. screen and its effective application, as well the textual and documentary analysis with the theoretical contribution of authors who approach the subject in question. It also discusses concepts of culture, giving an air of plurality, where there is nothing more to talk about in a culture, but cultures. Finally, the article deals with this theme, pointing out that in the school space, this human and social unit, far from being homogeneous, weave affective, socio-affective, educational, professional and conflict relationships, built through the interactions of interpersonal relationships, ideas, dialogues, their knowledge and lives in the school space.

Keywords: Re-meanings; Practices; School; Student.

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre a diversidade cultural é tema de várias discussões em congressos, simpósios dentre outros, no entanto, neste artigo os questionamentos abordam sobre a necessidade das manifestações populares religiosas serem trabalhadas na escola de forma que promovam diálogos, conhecimento e práticas sobre o assunto com os sujeitos envolvidos, visto que fazem parte do cotidiano de alunos e professores, bem como do contexto escolar.

Nosso país tem uma memória geo-histórica cuja diversidade é ponto de referência em vários estudos ao longo do tempo e na atualidade, principalmente, nas esferas socioeducacional, cultural e religiosa, sendo imprescindível atentar para os sujeitos que fazem parte desse contexto, ou seja, índios, negros e não índios, tendo pois, criticidade suficiente para promover a compreensão e contextualização do processo de formação da sociedade brasileira, cujo embasamento religioso foi a Igreja Católica.

Nessa perspectiva, aponta-se a Escola como o espaço propício para que possa ser discutida essa temática com autonomia para significar e ressignificar as manifestações socioculturais e religiosas sob novos olhares presentes nos espaços urbanos e rurais tais como; as festas dos santos padroeiros, procissões dentre outras cuja trajetória teve início no Brasil Colônia pelos portugueses e tiveram participação de índios e negros e, assim sendo, ressurgir oxigenadas essas manifestações e suas mais diversas facetas e adaptações.

A priori, faz-se uma breve abordagem acerca da educação brasileira que teve início no século XVI, com os jesuítas, através da educação católica, essa, que perdurou por mais de dois séculos, destinada a princípio para os índios, bem como os filhos de colonos e, em situações extraordinárias aos negros. Consequentemente, em linhas gerais é percebida como excludente sem espaço para o diálogo. Notadamente, as pessoas que aqui estavam e os que chegaram livres ou escravos trouxeram suas culturas, que até então, vistas como costumes apenas e crenças como contribuições para a constituição da base sociocultural brasileira, cuja diversidade é a palavra que a caracteriza.

Mesmo diante das imposições, as sociedades tradicionais conseguiram dar continuidade a algumas de suas manifestações culturais, mesmo sendo obrigados a adotarem o credo religioso católico, bem como a língua portuguesa o que resultou no esquecimento compulsório do idioma e dialetos comuns nas civilizações indígena e afro-brasileira ficando apenas palavras que foram incluídas no nosso vocabulário. Há registro de que algumas manifestações culturais e religiosas dessas sociedades foram preservadas a partir de suas lutas e resistências mesmo que, com algumas adaptações ao longo dos anos.

Assim, indígenas, nome dado aos ameríndios, negros e os não índios, contribuíram para a continuidade das devoções religiosas culturais, os folguedos natalinos, as danças afro-brasileiras e as indígenas dentre outras que, comumente são vistas como folclóricas. Essas manifestações fazem parte da cultura brasileira, nas praças ou pátios das igrejas localizadas nos espaços rurais e urbanos, quando o povo participa de alguma forma, mas nem sempre sabe os significados.

Diante do exposto surgem algumas indagações sobre o real do papel da educação sistemática acerca dessa diversidade cultural, ou seja, sobre seus maiores enfrentamentos para que realmente cumpra seu papel como instrumento de inclusão social e especificamente sociocultural e religiosa. Para o alcance dos objetivos se pretende apresentar discussões contidas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC/2017), embasada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBn 9394/96), utilizando também como aporte teórico leituras textuais bem como: Azzi (2008), Hall (1997), Candau (2011) dentre outros.

Considera-se relevante trabalhar essa temática na atualidade, visto que é no âmbito escolar, que se recebe crianças e jovens oriundos das diversas realidades socioculturais, econômicas, políticas e religiosas. Ainda neste século é recorrente os meios de comunicação noticiarem casos de intolerância religiosa e discriminações sociais, étnico-raciais e culturais no país das diversidades; Brasil.

2 ACOLHENDO AS DIFERENÇAS

O ser humano como ser social é capaz de produzir sua cultura, através do exemplo pelo exemplo podendo aprender e ressignificar, sendo multiplicador daquilo que faz parte da sua identidade e paulatinamente, adquire modos, ou seja, a forma como vestir-se, alimentar-se, tipo de moradia, a educação das crianças, participação em suas manifestações religiosas absolvendo seu modo próprio de ser como sujeito responsável pela produção da tecitura social.

Não é possível dissociar o ser humano da coletividade. Mas é indispensável que sejam valorizadas as especificidades, pois, são elas que enriquecem a cultura, não podendo, pois, serem distorcidas, equivocadas como outrora e neste século. Sobre essa afirmação tem-se o exemplo da cultura das sociedades indígenas e afrodescendentes que fazem parte da História do Brasil e por muito tempo foram negadas e ignoradas sendo recorrente no Brasil de hoje.

A questão em pauta se volta para o acolhimento às diferenças através da cultura trazida para a escola pelos discentes, pois é o espaço das práticas assertivas de enfrentamento, acerca das discriminações e das exclusões que acontecem no nosso dia a dia. Numa escola que no decorrer do tempo já foi positivista ou técnica, passa a

ser hermenêutica ou interpretativa e, necessita ser mais ainda cuidadosa ética e emancipadora, pois seu corpo discente é crítico e galga a liberdade.

Ainda é possível registrar-se práticas pedagógicas que se confundem com a escola tradicional arraigada de preconceitos, homogeneizada, bitolada ao modelo de que a referência maior era o professor, pois ele falava, pensava, determinava e dessa forma não havia espaço para o diálogo, debates, principalmente para os que estavam na condição de aprendizes e sim, os que se achavam detentores do conhecimento.

Vivemos no século da modernidade, no entanto, é comum as mídias noticiarem episódios nos espaços escolares que retratam a negação dos direitos humanos e ou desconhecimento principalmente das especificidades da diversidade cultural religiosa. É dessa forma que o discente deixa de assumir seu papel de sujeito ativo e passa a ser um mero ouvinte diante das práticas que são adotadas. Entretanto, ainda há professores que buscam justificativas apontando como um dos culpados os projetos políticos pedagógicos que apresentam visão unilateral, a escola que não está aberta para essas discussões e ignora a falta de discernimento e de criticidade docente.

Na História da Educação brasileira é possível se fazer uma leitura buscando respostas aos questionamentos que estão sendo feitos, visto que teve início no século XVI e vai até o Brasil do século XXI, nesta contemporaneidade. Formam muitos embates ao longo desses anos, desde “o ensino jesuítico da Retórica que visava a agilidade no manejo da erudição, principalmente a erudição doutrinária” (HANSEN,2015,p.27), pela falta de criticidade, ao modismo pedagógico que evidenciava métodos como salvadores da situação, aos preconceitos, às visões estereotipadas sobre a diversidade cultural dentre elas a religiosa que ainda acontecem no cotidiano escolar.

A estrutura da educação brasileira também pode ser apontada como uma das responsáveis pela situação vigente, não sendo nosso propósito apontar como o cerne dos problemas atuais a educação que foi ministrada pelos jesuítas, visto que o tempo passou e algumas questões ainda estão em pauta, sendo por vezes discutidas e sem chegar às suas considerações finais. Entende-se que o tema é amplo, complexo e difícil de se alcançar a exaustão, até porque deve estar sempre em evidência levando em consideração a realidade brasileira com suas memórias individuais e coletivas, bem como as experiências vividas e a relação com o presente. É processual e

dinâmica a construção dessa estrutura, bem como seu mantimento uma vez, que está inserida na própria cultura, esta sendo um processo inacabado, em construção, não biológico, movimentando-se numa totalidade humana a partir de múltiplas variedades de saberes e de fazeres transmitidos socialmente.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aponta para essas questões explicitando que:

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado (BRASIL, 2017, p.14).

A afirmação está relacionada ao propósito que se tem no contexto atual, e, notadamente é afirmativa quando destaca a importância da inovação, das mudanças que se propõem a acolher de forma inclusiva garantindo o espaço para a continuidade do que diz respeito ao coletivo. É nessa conjuntura que faz-se necessário ressaltar Santana (2018 p.53) “no Brasil os nossos deuses dançam em nossos terreiros”, não se trata do Brasil Colônia que os santos faziam parte da vida as pessoas presentes em diversas manifestações, diferente também da Igreja Romanizada quando o santo aparece em outra dimensão. É de fato diversidade de culturas.

Porém, para que isso aconteça, é necessário que essa educação inclusiva citada pela (BNCC/2017), a qual enfatiza a importância do processo de aprendizagem em todas as etapas, torne-se realidade desde o momento que é iniciada, ao momento que acontece a avaliação.

É a partir da escola e do processo educacional que devem ser promovidas políticas públicas sociais na defesa das manifestações culturais como proposta para reduzir a exclusão sociocultural e religiosa principalmente das sociedades tradicionais. Essas que ainda resistem as atrocidades do descaso do sistema e, por vezes devido à falta da memória cultural crítica e humanizada no espaço escolar.

No ambiente escolar se ouve muitas falas, ou melhor, discursos com propostas que enaltecem a igualdade social e o direito de todos (as) os (as) cidadãos(ãs) independentemente da cor, do gênero, do poder aquisitivo ou religião. Mas, nem sempre saem do papel distanciando a teoria da prática, o dizer e o fazer acontecer.

Vivemos em um país que a cada dia se exige diferenças de atitudes quanto as questões culturais religiosas dentre outras e, por isso, somos exigidos a travar uma luta constante na busca de novas concepções menos arbitrárias e excludentes sobre essas questões.

O momento é para reflexão e entendimento do que está sendo proposto, pois, não se trata apenas em falar de igualdade e, sim, enxergar o todo e respeitar as diferenças. É preciso garantir esses direitos, percebendo a importância da coletividade e da individualidade, para que, crianças e jovens não sofram o mesmo que seus antepassados e, que alguns ainda sofrem, por serem considerados diferentes.

Nesse sentido se aponta a relação de poder quando a realidade vigente aponta que é preciso estabelecer novas relações, pois, geralmente ele (poder) representa o controlador, o que não nos deixa prosseguir, o que impõe normas sem discuti-las com o único disposto: cumpra-se.

É preciso repensar essa ideia de poder para construir uma nova relação com ele. É necessário aprender a usar o poder e não apenas de anunciá-lo ou execrá-lo. O caminho fundamental é perceber que nenhuma transformação pode ser realizada sem poder. Para ter poder é preciso construir competência. Mas não há competência capitalista, baseada na “produtividade”, mas a competência de construir alternativas concretas, inclusive metodológicas tecnicamente eficazes (GANDIN,1998, p.14.).

O poder ainda causa medo para os que estão na linha de enfrentamento, pois ele age de diversas formas, tem faces e fases. É preciso distinguir o poder que, de acordo com Castro (2014, p.101)” é uma forma de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação”. É, pois, nessa circunstância que a sociedade brasileira foi embasada tendo como consequências a negação aos direitos principalmente índios e negros. É no campo cultural e religioso que se evidencia porque, campo é luta, conflito entre culturas tradicionais e sistema, religião e religiosidade.

Muitas vezes temos medo do poder inexistente do outro, dos pseudos poderes e lançamos mão dos direitos que nos são garantidos, bem como das nossas lutas enquanto membros de uma sociedade com suas particularidades que podem ser explicitadas a partir dos contextos familiar e escolar.

Como reflexo dessa situação, a sociedade espera da instituição escolar e dos seus agentes formadores e críticos ações diferenciadas. Porém, nem sempre a escola apresenta poder suficiente para a resolução ou minimização dos problemas, visto que faz-se necessário ela ser democrática, aberta ao diálogo e a participação da coletividade.

O mundo não mudou, ele está em constantes dinâmicas e processuais transformações, embaladas pelo fim do pós-modernismo, por uma pandemia e uma “quase” pós-pandemia. Nessa cronologia histórica nada linear, a educação pedagógica, figura como partícipe direta e central dessas mudanças, o homem como ator social que segundo Freire (1983, p.41) vai “criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da História e o da Cultura”.

Diante do exposto, vê-se como consequência índices de violência. É verídico que o Estado lança mão de políticas públicas, mas, nem sempre são implementadas como devem, pois, mesmo que algumas passem sob o gerenciamento dos coordenadores pedagógicos e de outras instituições confiáveis, ficam à mercê de teorias metodológicas e muitas vezes práticas incoerentes e ineficazes.

Não podemos hesitar defender o papel social da escola, quando, é perceptível que o espaço educacional é propício para discussões e práticas de enfrentamento nas questões que envolvem a garantia da igualdade de direitos. As práticas coerentes são o que podem tornar a escola um espaço privilegiado, pois, ela pode apresentar pré-requisitos básicos para esse entendimento e para a tomada de decisões.

Mesmo diante de suas fragilidades, a escola apresenta *status* diferenciado em relação a outras instituições públicas, pois, além da sua contribuição social reconhecida é a que tem acesso a crianças, jovens e adultos, bem como lhe é dada autonomia e liberdade, essas que podem implementar e pôr em prática políticas que favoreçam ao processo de inclusão sociocultural e religiosa.

A (BNCC) faz referência a atualidade afirmando que:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL,2017, p.14).

É a legitimação do que preconiza o Estado, porém, é preciso que se tenha visão plural, aberta, para tentar, sobretudo, desmistificar a forma como os alunos aprenderam sobre sua origem e/ou de outras sociedades, visto que, não se trata de apagar a memória e, sim ressignificar o que foi aprendido sob outra ótica e intensificar o que ainda não foi ensinado.

Essas discussões estão diretamente voltadas para como o sistema de ensino local, em âmbito estadual e nacional, podem redirecionar as ações proporcionando às crianças e jovens uma formação que promova a criticidade e os tornem capazes de entender minimamente o contexto vivido e si percebem como sujeitos, ou seja, cidadãos ativos nesse processo.

3 O ENSINO

O papel que a escola exerce pode ser visto nas sociedades em que está inserida e, é refletido na prática em sala de aula, ou seja, no que e como será discutido, ensinado e aprendido. Ela é considerada a segunda instituição social e por isso necessita seu auto reconhecimento como tal, pois, só assim será de fato um instrumento capaz de confrontar estrategicamente às suas responsabilidades e da sociedade.

A escola não está e nunca esteve reduzida à sua materialidade, seus espaços e dependências. Ela não se presume apenas pela proposta pedagógica e sua estrutura curricular, pois, possui uma alma que se encarna nessa parte física e teórica metodológica.

Apesar da educação brasileira ainda não ter atingido o patamar que se deseja, o processo educacional vigente, abre espaços para que seja tomado novos rumos. Esse

processo é diverso e pode ser iniciado através de leituras de textos, apresentações, falas e discussões cujas palavras-chave devem ser: contextualização, pluralidade, autonomia, especificidade e ressignificados acerca do conhecimento da riqueza cultural existente no espaço escolar.

É importante apresentar o que dizem os parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sobre a contextualização para o Ensino Médio.

O tratamento contextualizado do conhecimento é um recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. A contextualização evoca por isso áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, imobiliza competências cognitivas já adquiridas (BRASIL, 1999, p.138).

Assim, percebe-se que houve tentativas desde o século passado para que a cultura como realidade dos alunos, seja trabalhada de forma contextualizada como um instrumento de enfrentamento nas escolas e nas comunidades. É imprescindível a liberdade de expressão, o respeito às diversidades e as especificidades de cada lugar.

Na Constituição do Brasil em seu Título II- Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Capítulo I- Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art.5º é claro que “ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade idade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade” (BRASIL,2008, p.8).

A Carta Magna do Brasil garante esses direitos a todos (as) cidadãos e cidadãs brasileiros (as), os quais destaca-se o direito à liberdade e igualdade. A escola pode apresentar uma perspectiva voltada para o processo de emancipação que dever começar a partir dos professores, cujas reflexões e diálogos deverão ser refletidas e implementadas em sala de aula com seus alunos e conseqüentemente em suas comunidades.

As práticas pedagógicas não podem ser vistas como algo que tem princípio, meio e fim prontos, pois, mesmo que no planejamento estejam explícitos os objetivos que se pretendem alcançar, contemplando o projeto político pedagógico da escola, deve ser levado em consideração a flexibilidade que é uma das referências da LDB9394/96. Dessa forma, a liberdade e a flexibilidade contribuem para que haja adaptação e ou

mudança nos planejamentos conforme a necessidade legitimando o princípio de liberdade.

4 O PROJETO

Assim, como cada ser humano tem seu projeto de vida e de certa forma é reflexivo devendo ser aberto e flexível, as escolas têm seu projeto político que deve possibilitar mais clareza das propostas para cada comunidade inserida no âmbito escolar. Quando ele é feito de forma coletiva tende a buscar alcançar os objetivos propostos nessa construção. Nas entrelinhas, estão os anseios, as dúvidas, as lutas, as perspectivas, as decisões de quando e como irão começar a reconstrução sobremaneira da forma de agir, pensar e fazer.

É um momento único na escola, quando as diversas vozes anônimas são ouvidas e terão significados e identidades, visto que é um dos momentos mais sublimes de entender e fazer a democracia nos espaços públicos com seus verdadeiros atores sociais, comunidade, docentes e discentes. Essa é uma das funções da escola atenta às práticas pedagógicas, as políticas educacionais e socioculturais que devem fluir de forma que legitimem o grupo.

O contexto interdisciplinar contribui para que professores possam falar de forma mais clara aos alunos apresentando o todo e intensificando as especificidades. A percepção de que há relação entre os conteúdos abordados e os sujeitos torna o discurso e a prática mais coerentes, capazes de explicitar as relações de poder, as (des) igualdades e a riqueza sociocultural de cada sociedade.

5 O FAZER PEDAGÓGICO

O processo educacional, a escola e o fazer pedagógico devem comungar os mesmos anseios, pois o sujeito principal é o aluno. Diante dessa afirmação é importante que essa discussão não fique apenas na teoria, numa fala opta em falar baixo para não ser ouvida em lugar nenhum. O tripé anteriormente citado, explicita a importância dessa conjuntura em prol dos direitos dos alunos, que geralmente carregam uma

herança imposta e nem sempre têm consciência da força e da influência que podem exercer.

As narrativas não devem ficar apenas como tal, pois o que interessa no momento é a prática coerente e consciente, sem permitir que as manifestações culturais no contexto escolar aconteçam meramente para fazer parte do calendário de atividades. A escola deve ser e estar preparada conforme Candau (2011) comunga do pensamento de Ferreiro (2001) quando afirma que:

É indispensável instrumentalizar didaticamente a escola para trabalhar com a diversidade. Nem a diversidade negada, nem a diversidade isolada, nem a diversidade simplesmente tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica: este me parece ser o grande desafio do futuro (*apud* LERNER, 2007, p.7).

O desafio é que estas manifestações que geralmente estão presentes nas escolas, espalhadas pelo Brasil, quer seja nas privadas ou públicas, presentes no espaço urbano ou rural, nas capitais ou no interior, possam ser ressignificadas com seus alunos e membros da comunidade.

É algo real que acontece nos ambientes escolares e só nos últimos anos é que se deu maior ênfase a essas temáticas, entendendo que é a partir da cultura local que se pode trabalhar as individualidades e a coletividade, buscar a memória, enxergar o poder em suas dimensões e apresentar a diversidade como uma referência da sociedade.

Sob essa ótica afirma-se que:

Todas as sociedades alternam suas vidas entre rotinas e ritos, trabalho e festa, corpo e alma, coisas dos homens e assuntos dos deuses, períodos ordinários onde a vida transcorre sem problemas e as festas, os rituais, as comemorações, os milagres e as ocasiões extraordinárias, onde tudo pode ser iluminado e visto por novo prisma, posição perspectiva, ângulo... (Da MATTA, 1986. p.67).

O autor citado não exclui nenhuma sociedade, pois, deixa claro que são “todas as sociedades”, é essa diversidade cheia de ritos, de festas, rituais, devoções que precisa ser trabalhada como instrumento de enfrentamento. Ressalta-se que não deve

ser apenas como momentos de diversão quando os alunos seguem as tradições através dos ritos e ritmos, pois, deve haver aprofundamento, ou seja, uma discussão crítica que valorize o eu e o coletivo como um processo de busca para explicitar o que por muitas vezes não foi percebido.

Nessa concepção convém destacar que a riqueza da diversidade da sociedade brasileira se sobrepõe a qualquer outra afirmativa a esse respeito. Fazendo um recorte para o Nordeste brasileiro e o estado de Alagoas vê-se que as tradições podem ser fortes aliadas no cotidiano escolar. É salutar destacar o olhar crítico e consciente, assim, pode-se discutir a riqueza cultural religiosa, muitas vezes implícita na religiosidade popular, nas danças, nos folguedos, nas cavalhadas dentre outras.

Neste contexto, tentamos mostrar a importância do trabalho interdisciplinar com Geografia, a História, a Literatura dentre outras, na educação básica e ainda trazer o auxílio da Antropologia e Sociologia respeitando o nível de cada turma a ser trabalhada. É preciso que haja reflexões inerentes a esses assuntos, pois é uma das vertentes para que essas discussões sobre esses possam ser reconhecidas como indispensáveis, haja vista que estamos nos referindo ao contexto escolar.

No mundo contemporâneo essas tradições são frequentes nas escolas, pois, o tempo mudou e por certo se encarregou também de algumas mudanças. Mas, a atualidade traz uma gama de subjetividades que podem ser utilizadas como ferramentas para o desenvolvimento da criticidade do aluno.

A questão em foco é que as manifestações culturais e religiosas possam ser trabalhadas nas escolas identificando as relações de poder, de exclusão social de negação aos direitos, da relação com a identidade, com o lugar, o significado dos ritos, também presentes na religiosidade popular que segundo Santana (2017, p.54) não é um museu de tradições antigas, mas se trata de aspectos vivos, cultural, vivido e celebrado, cantando e dançando". Sendo, pois, indispensável a análise crítica, discussões quando houver oportunidade e não apenas um dia do ano como apresentação artística.

Sabemos que se os debates sobre a temática em pauta acontecem apenas nos momentos específicos que fazem parte de apresentações, de Feira de Cultura,

Semana do Folclore e outros similares serão apenas fragmentos do legado cultural com os sujeitos brincantes, sem alcançar os resultados que se propõe. Pois, o curto tempo, a falta de conhecimento do professor e aprofundamento das falas e a vivência da própria comunidade, não faz enxergar que é além de uma dança, de uma apresentação folclórica.

Nem sempre as manifestações religiosas são vistas como pseudocultura ou até folclore, não importa como seja concebida, pois o que está em discussão é o papel da escola diante dessas culturas, haja vista é uma constante, não só lá, mas nos pátios das igrejas quando se trata dos espaços rurais e nas praças quando o espaço é urbano. É urgente um olhar aguçado de pertencimento, capaz de realizar outras tecituras acerca dessas manifestações.

O século XXI, pode não ter trazido as soluções, porém, abriu espaço para novos debates, que possibilitem entender o papel social da escola com uma instituição democrática, aberta ao diálogo, parceira da sociedade. E nessa dialética é preciso buscar esclarecer, discutir, ouvir, criar e recriar momentos de diálogos entre alunos e professores dando continuidade ao projeto de vida da comunidade em que suas escolas estão inseridas.

Não podemos esquecer que estamos vivendo em um mundo globalizado, que sobremaneira interfere em várias questões dentre elas a identidade. Até agora falamos a importância da diversidade, do olhar para o coletivo e das especificidades o que nem sempre ocorre e passa de forma despercebida, que, Woodward (2014, p. 21) diz que “ a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local.” A sociedade tem memória, história, habita no espaço geográfico, busca seus espaços e traz seu legado cultural que a identifica e a torna diferente, quer seja na dança, no modo de vestir, no vocabulário na alimentação, em seus rituais dentre outros.

6 CULTURA, IDENTIDADE E ENFRENTAMENTO

Nesse contexto, as manifestações sociorreligiosas e culturais estão sendo apresentadas como possibilidades de bandeiras de luta, de identidade e de

superação, pois, estão presentes em várias esferas da sociedade. Nos convém destacar que cultura,

É um padrão de significados historicamente transmitido e ordenado em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio das quais as pessoas se comunicam, perpetuam e desenvolvem o conhecimento sobre a vida e suas atitudes em relação a ela (GEERTZ, 1973, p.89 *apud* GASDA, 2012, p.61).

Não existe uma cultura maior ou menor que a outra, mais importante ou menos importante, existe as diferentes culturas que de acordo com o tempo estão inseridas no espaço habitado e podem ser representadas como formas de poder.

Nessa contemporaneidade, é possível entender o poder como lutas na esfera simbólica, sendo, pois, dinâmica

[...] não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural (HALL, 1997, p.20).

A esfera cultural requer um amplo conhecimento e criticidade, visto que apresenta várias vertentes. Contudo, educação e cultura não são sinônimas, mas é importante que as duas caminhem juntas, às vezes paralelas ora aglutinadas, já que a escola trabalha o ensino e a aprendizagem agregando conhecimentos. Enquanto a cultura é a principal referência da sociedade, ou seja, é a sua identidade. É a partir dessa dualidade que podemos adquirir concepções mais aguçadas acerca da história da sociedade, cujo propósito é que os jovens sejam capazes de tomar atitudes conscientes do seu papel enquanto sujeitos ativos e pensantes.

No ambiente escolar é importante a presença da cultura popular, pois, a modernidade nos trouxe a tecnologia, dentre outras coisas. Mas, no entanto, não foi capaz de apagar as raízes, criar outra cultura excluído a dos nossos antepassados. Ressalta-se que isso aconteceu em um período em que a cultura europeia foi incutida como superior, o que eclodiu no eurocentrismo. Tal fato pode ser evidenciado quando afirma que:

Esse transplante da cultura europeia teve grande importância para a implantação da cultura letrada na colônia, embora destinada apenas a ser apropriada pela aristocracia da Terra nos colégios dos jesuítas a formação humanística e clássica tem o predomínio com certa indiferença para as ciências naturais. Tratava-se de uma formação de tipo ornamental, ensinando aos alunos a arte de bem falar. A citação de frases latinas, por exemplo, era atestado de pertença a essa elite letrada da colônia (AZZI,2008, p.56).

Ainda há resquícios dessa memória da educação brasileira e conseqüentemente reflete na sociedade atual. O compromisso com a educação inclusiva estabelece um caminho de mão dupla que depende do entendimento e a disponibilidade de fazer acontecer as políticas de reparações. Diante dessas discussões, convém lembrar que é complexo, mesmo nesse século se falar nas políticas de reparação, pois para o entendimento, se exige uma visão clara da realidade atual, o que ocorreu no decorrer da história, suas causas e conseqüências que perduram até os nossos dias.

A ciência evoluiu, os negros foram libertos e, portanto, considerados livres. Os índios em sua maioria não estão embrenhados nas matas, e nem os negros estão na senzalas. Estamos diante de um novo cenário de um país com menos analfabetos, mais escolas com o uso da tecnologia e políticas públicas.

Mas o que realmente mudou nas concepções da nossa sociedade em relação ao sentimento de igualdade de direitos?

É com esse questionamento que a BNCC/2017 responde sobre o compromisso com a educação integral.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2017, p.14).

Vive-se o início da terceira década de um novo século e, com isso gera expectativas de como serão as próximas décadas. O Brasil é um país de diversidades e o

multiculturalismo e contribui para que se tenha um olhar plural vislumbrando a cultura popular e principalmente os povos tradicionais, esses, que até o momento ainda estão buscando o lugar para dizer que é seu, quer seja na escola, no mercado de trabalho ou na sociedade/comunidade onde residem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática em pauta está longe de chegar à exaustão em virtude das complexidades peculiares ao assunto. É certo que a sociedade contemporânea evoluiu e atrelada a ela, suas concepções, porém a educação brasileira, ou seja as práticas não conseguiram dar a escola seu status.

Professor(a), enquanto educador(a) deve antes de tudo ser cidadão(ã) crítico(a), sem amarras, entendendo o contexto vivido, o espaço em que está inserido e o de seus alunos. Contudo, a escola deverá aproveitar os momentos vivenciados para assim assumir seu compromisso social com a comunidade não ignorando as suas fragilidades e as do grupo. A riqueza cultural do Brasil consiste em buscar a igualdade do ser, enquanto, cidadão (ã) brasileiro(a), mas, nunca apagando a diversidade e as individualidades, respeitando, pois, as diferenças.

A cultura em seu sentido amplo, as manifestações em âmbito local e ou escolar têm o papel de espelho no meio em que elas acontecem. Outrossim, devem ser apresentadas como instrumentos de lutas, implementações e identidade que carecem do olhar da escola sob a luz de documentos que embasam essa discussão e prática docente na tentativa de que a busca da igualdade seja pelos direitos iguais na diversidade peculiar ao Brasil. A escola é de fato o espaço para todas essas discussões que envolvem o cotidiano carregado de conquistas, mas também de lutas e enfrentamentos.

Conclui-se que há um longo caminho a seguir cuja responsabilidade pode ser dividida com a comunidade, assim a cultura e as manifestações socioculturais religiosas promovidas pela escola, não serão ser percebidas apenas como dança, ritmos, arte e tradições e sim, como identidade, igualdade, diferença e enfrentamento.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida-SP: Santuário, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **História e Geografia**. Brasília: 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Bases Legais**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Brasília: 1999.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 2008.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base, 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em junho de 2021.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. Disponível em <https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf> In: LERNER, D. (2007) Ensenñar en la Diversidad. Conferencia dictada en las Primeras Jornadas de Educación Intercultural de la Provincia de Buenos Aires: Género, generaciones y etnicidades en los mapas escolares contemporáneos. Dirección de Modalidad de Educación Intercultural. La Plata, 28 de junio de 2007. Texto publicado en Lectura y Vida. Revista Latinoamericana de Lectura. Buenos Aires, v.26, n.4, dez. Acesso em junho de 2021.
- DAMATA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1983.
- GANDIN, Luiz Armando. **Para onde a escola está sendo levada?** (Ou a escola pode ser levada para algum lugar diferente daquele que o projeto hegemônico quer?) In: para onde vai a escola? Revista de Educação .v.27, nº 107, abr/ jun. 1998 quer Brasília AEC- 1998- ISSN 0104- 0537.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Educação & Realidade. jul/dez. 1997. p. 15-46. Disponível em http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/banco/textos/HALL_-_A_Centralidade_da_Cultura.pdf. Acesso em junho de 2022.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. SILVA, Thomaz Tadeu da (Org/Trad.). 15 ed. 4 reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Práticas Simbólicas**. Uma análise discursiva de Mitos, Ritos e Prédicas da religiosidade popular. Maceió: SESMAC, 2017.